



Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 743, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2003

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no art. 26, inciso IX da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

1. Promover, por merecimento, na carreira do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, ao cargo de Procurador de Justiça, a Doutora OLINDA ELIZABETH CESTARI GONÇALVES, Promotora de Justiça, em vaga decorrente da aposentadoria Doutora Sandra Mendes Gonzaga Neiva, publicada no Diário Oficial da União de 19 de novembro de 2003.

2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos nos termos do art. 199, § 1º, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

CLAUDIO LEMOS FONTELES

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 757, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2003

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, resolve:

Designar ÉVELIN DE ALMEIDA CELSO NETO, Bacharela em Direito, servidora requisitada do Ministério da Justiça, à disposição do Ministério Público Federal, para exercer a função comissionada de Chefe de Gabinete do Procurador-Chefe Regional, FC-07, da Procuradoria Regional da República 1ª Região - (Brasília).

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PORTARIAS DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o que consta do Processo MPF/PGR nº 1.00.000.008632/2003-17, resolve:

Nº 758 - Conceder aposentadoria voluntária, por idade, a MARIA ZANIN ROSSETTO, matrícula nº 4198-0, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, código TC-201.00, Classe C, Padrão 15, da Carreira de Técnico do Ministério Público Federal, com fundamento no artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "d", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a vantagem do artigo 62-A, da mesma Lei, acrescido pelo artigo 3º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04 de setembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 05 subsequente.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, e tendo em vista o que consta do Processo MPF/PRR/Região nº 1.02.000.001162/2003-96, resolve:

Nº 759 - Conceder aposentadoria voluntária a VERA LÚCIA RIBEIRO, matrícula nº 4762-7, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, código TC-201.00, classe C, padrão 15, da Carreira de Técnico do Ministério Público Federal, com fundamento no artigo 40, inciso III, alínea "a" e § 4º, da Constituição Federal, na forma assegurada pelo artigo 3º, caput, da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a vantagem do art. 62-A, da mesma Lei, acrescido pelo art. 3º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04 de setembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 05 subsequente.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992 e tendo em vista o que consta do Processo MPF/PGR nº 1.00.000.008652/2003-98, resolve:

Nº 760 - Aposentar, por invalidez, ALEXANDRE VIGNA BARROS, matrícula nº 4919-1, ocupante do cargo de Analista Administrativo, código AN-103.00, Classe C, Padrão 15, da Carreira de Analista do Ministério Público Federal, com fundamento no artigo 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, combinado com o artigo 186, inciso I, § 1º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a vantagem do artigo 62-A, da mesma Lei, acrescido pelo artigo 3º da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04 de setembro de 2001, publicada no Diário Oficial da União de 05 subsequente, aplicando-se o disposto no artigo 39, inciso XXXIII, do Regulamento do Imposto de Renda, aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, republicado no Diário Oficial da União de 17 de junho de 1999.

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência delegada pela Portaria PGR nº 65, de 13 de fevereiro de 1992, resolve

Nº 763 - Exonerar, a pedido, a partir de 22 de novembro de 2003, ANTONIO FRANCISCO FERREIRA DE CASTILHO FILHO, matrícula 8329-1, do cargo em comissão de Coordenador de Documentação e Informática, FC-06, da Procuradoria Regional da República da 3ª Região - (São Paulo).

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 20, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2003

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 393, de 11 de setembro de 1997, resolve:

Designar ANA IZABEL ARAÚJO GREGOLDO, matrícula nº 9597-4, ocupante do cargo de Técnico de Administrativo, Código TC-201.00, Classe A, Padrão 1, para exercer a função comissionada de Secretária de Procurador Regional, FC-02.

DENISE VINCI TULIO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO

PORTARIAS DE 16 DE OUTUBRO DE 2003

O CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, instituídas pelo artigo 153 da Portaria nº 358, de 2 de maio de 1998 (Regimento Interno do Ministério Público Federal), do Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República; resolve:

Nº 86 - Dispensar, a partir de 7/10/2003, a servidora MARIANA LORETO MAIA, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, Código TC-201.00, matrícula nº 8894-3, da função de Secretário Administrativo, FC-02, da Procuradoria da República em Pernambuco.

Nº 87 - Designar, a partir de 7/10/2003, o servidor LÍCIO MANOEL DOS SANTOS FILHO, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, Código TC-201.00, matrícula nº 4400-8, para exercer a função de Secretário Administrativo, FC-02, da Procuradoria da República em Pernambuco.

WELLINGTON CABRAL SARAIVA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARANÁ

PORTARIA Nº 361, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2003

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 393, de 11 de setembro de 1997, resolve:

Designar LAURA HELENA DE AQUINO SILVA, matrícula 2401-5, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, TC-201.00, Classe C, Padrão 15, para substituir Laise Hiroko Sato, Chefe de Divisão, código FC-05, da Procuradoria da República no Paraná, no período 09/12/2003 a 18/12/2003, por motivo de férias do titular.

MARCELA MORAES PEIXOTO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO PROCURADORIA-GERAL DIVISÃO DO PESSOAL

PORTARIA Nº 31, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2003

O DIRETOR DA DIVISÃO DO PESSOAL DA PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria DG/MPT nº 193, de 23 de novembro de 2000, e tendo em vista o que consta no Processo MPT nº 08130.004232/2003, resolve:

Conceder pensão vitalícia a Sra. VERA REGINA COUTINHO SEIXAS, esposa, do ex-servidor YOMAR ROCHA SEIXAS, falecido em 10.11.2003, com fundamento no artigo 215, combinado com o artigo 217, inciso I alínea "a", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, do valor integral da remuneração do cargo de Técnico Administrativo, da carreira de Técnico do MPU, do Quadro do Ministério Público do Trabalho.

SÉRGIO DA COSTA E SILVA

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

ATOS DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003

O PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "b" do item I do artigo 1º do Ato da Mesa nº 205, de 28 de junho de 1990, resolve:

Nos termos da alínea "b" do inciso III do § 1º do artigo 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com a

alínea "d" do inciso III do artigo 186 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, conceder aposentadoria a ALBA PORTO DE MENEZES, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Agente de Serviços Legislativos, Classe Especial, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, com a vantagem prevista no artigo 15 da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

Nos termos dos incisos I e II do § 1º do artigo 8º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, conceder aposentadoria a MARIA SOCORRO DE MEDEIROS, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Agente de Segurança Legislativa, Classe Especial, Padrão 30, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, com a vantagem prevista no artigo 15 da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

JOÃO PAULO CUNHA

DIRETORIA-GERAL DIRETORIA ADMINISTRATIVA DEPARTAMENTO DE PESSOAL

PORTARIA Nº 876, DE 1 DE DEZEMBRO DE 2003

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PESSOAL DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 1149, de 1995, do Senhor Diretor-Geral, resolve:

Dispensar, de acordo com o artigo 35, item II, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ALBA PORTO DE MENEZES, ocupante de cargo da Categoria Funcional de Técnico Legislativo - atribuição Agente de Serviços Legislativos, Classe Especial, Padrão 30, ponto nº 2.988, da função comissionada de Encarregado do Setor de Controle e Execução, FC-04, do Quadro de Pessoal da Câmara dos Deputados, que exerce no Departamento de Apoio Parlamentar.

MILTON PEREIRA DA SILVA FILHO

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL SECRETARIA

PORTARIA Nº 369, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2003

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XV do art. 116 do Regulamento Interno e com base no inciso I do art. 2º da Portaria nº 204, de 26.09.2002, resolve

Designar ANA CRISTINA COELHO ABRANTES FERREIRA, Analista Judiciário, Área Judiciária, para exercer a função comissionada de Chefe da Seção de Registro e Autuação, Nível FC-05, da Coordenadoria de Registros e Informações Processuais.

ALYSSON DAROWISH MITRAUD

PORTARIA Nº 371, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2003

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XVI do art. 116 do Regulamento Interno, resolve:

1) Designar ALEXANDRE AFONSO BARROS DE OLIVEIRA para exercer, cumulativamente com o cargo de Assessor-Chefe da Assessoria de Planejamento e Organização do Gabinete do Diretor-Geral, os encargos de Assessor-Chefe da Assessoria Especial da Presidência, em substituição ao titular, enquanto durar o seu afastamento.

2) Revogar o item 1 da Portaria nº 86, de 16 de abril de 2002, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 subsequente.

ALYSSON DAROWISH MITRAUD

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA SECRETARIA

PORTARIAS DE 28 DE NOVEMBRO DE 2003

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é delegada pelo art. 1º, inciso V, do Ato nº 124/MP, de 12 de junho de 2000, alterado pelo Ato nº 49/MP, de 9 de abril de 2003, resolve:

Nº 617 - Tornar sem efeito, a Portaria/DG nº 599, de 24 de novembro de 2003, publicada no Diário Oficial da União do dia 26 subsequente, que trata da nomeação da candidata MARIA LUCIA PATERNOS-TRIO RODRIGUES.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, usando da atribuição que lhe é delegada pelo art. 1º, inciso V, do Ato nº 124/MP, de 12 de junho de 2000, alterado pelo Ato nº 49/MP, de 9 de abril de 2003, e tendo em vista o disposto nos arts. 9º, inciso I, e 10 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no art. 5º da Lei nº 9.421, de 24 de dezembro de 1996, bem como o que consta do processo STJ nº 2897/99, resolve: